

Série: FCE/UFBA. Texto para  
Circulação Interna, 3

CRITICA E PRAXIS

Fernando Cardoso Pedrão

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS

C R I T I C A E P R A X I S

Fernando Cardoso Pedrão

Dezembro / 1992  
Salvador - Bahia

## SUMARIO

1. O SIGNIFICADO ATUAL DA CRÍTICA DO PROGRESSO .....	01
2. A RECONSTRUÇÃO DO OBJETO SOCIAL .....	02
3. AS TRANSFORMAÇÕES DA PRAXIS .....	03
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	12

## CRITICA E PRAXIS

Fernando Cardoso Pedrão

Livre Docente da UFBA

### 1. O SIGNIFICADO ATUAL DA CRITICA DO PROGRESSO

A revisão do significado de progresso é, hoje, uma tarefa necessária para desimpedir o movimento de libertação da reflexão teórica de trayas herdadas de instituições, cujo significado original se perdeu ou mudou de sentido. Identificado com a afirmação da sociedade capitalista moderna, o progresso é uma referência de mudança presumidamente positiva, em que os resultados do trabalho alteram os modos de funcionamento das sociedades estando sempre associado à suposição de que os resultados materiais da atividade social são transmitidos junto com modificações não materiais da vida das comunidades.

Assim, a noção genérica de progresso está ligada a fenômenos como a urbanização, a superação de privilégios pré industriais, etc. Daí, a crítica do progresso acompanha seu significado ao longo do tempo. Acima de tudo, é uma avaliação do pensamento sobre transformações sociais. O foco no real conduz à reflexão sobre a teoria.

A atual crítica do progresso parte de uma insatisfação com os resultados alcançados pela civilização ocidental em termos atuais e futuros de distribuição da renda. Do modo como tem sido utilizado, o termo progresso é a mais ampla daquelas expressões que designam o movimento civilizatório. Subjacentemente está associado à expansão de práticas racionais - por contraste a práticas guiadas por privilégios.

Há uma complicada ligação entre essa visão weberiana e a que liga o controle racional do inconsciente às práticas societárias, isto é, à visão de Freud. Contudo, o significado econômico de progresso está identificado com a possibilidade de satisfazer necessidades materiais, e também ao fato de que a visão capitalista de mundo prevê que a reprodução do capital se faz com uma progressiva diversificação do consumo.

O interesse na crítica da teoria está, portanto, associado à insatisfação com os resultados que se obtêm, independentemente dos raciocínios desenvolvidos. No que a teoria deixa de interessar-se pelas consequências da desigualdade no controle do capital, omite-se, portanto, do significado da acumulação no processo de distribuição da renda, já que ela reduz essa questão a um quadro de diferenças atuais entre renda individual, sem ao menos registrar que as possibilidades de usar essa renda jamais podem ser individuais, porque são parte de algum quadro social.

A preocupação com a convalidação da teoria econômica, frente ao socialmente novo, leva a um compromisso com a exposição de inconsistência de seus fundamentos na teoria do saber, fazendo com que se focalize hoje no confronto entre aqueles que procuram a perspectiva processual, e precisam de referências históricas assumidas e aqueles outros que pretendem sustentar a análise em pressupostos que combinam o desenvolvimento formal do raciocínio analítico com pressupostos de comportamento indiferentes a contextos sociais concretos.

A escolha da primeira dessas duas opções acarreta os problemas técnicos de uma análise em perspectiva, onde se manejam sequências inalteráveis de dados. Parte-se, então, aqui, de uma observação inicial, que se identifica com a primeira das duas posições citadas; seja que a dúvida sobre a validade do cálculo infinitesimal, para representar os comportamentos dos agentes econômicos, invalida a representação da curva de demanda; por extensão, desqualifica as análises baseadas em representações no quadrante positivo dos eixos ortogonais. Estritamente, como dúvida, torna toda a análise marginalista um caso especial de análise econômica, tirando-lhe a pretensão de ser o modo, por excelência, de raciocinar em economia. Quer isto dizer que a formação de conceitos em teoria não pode ficar subordinada à consistência de sua formalização.

Além disso, a dúvida sobre a possibilidade de identificar indivíduos genéricos com aqueles pertencentes a grupos suscetíveis de análise estatística, ressalta as especificações de comportamento dos indivíduos em sua participação cotidiana na produção e no consumo. Noutras palavras, restringe as generalizações sobre produtores e consumidores, que os tomam como coleções de pessoas indeterminadas, levando, portanto, a trabalhar com margens controladas de generalizações.

Essas dúvidas iniciais sugerem buscar uma fundamentação na realidade social, como fonte das premissas de que parte a análise social. Portanto, fazendo com que a análise econômica socialmente consciente resulte na mobilização da história do pensamento econômico para a interpretação atual da realidade, bem como no tratamento do material empírico, ou seja, dos produtos da atividade social.

A crítica não pode se esquivar das dificuldades de tratar com ações reais sem desqualificar-se perante as mudanças que efetivamente ocorrem. Não pode limitar-se ao nível das mediações entre o pensar e o fazer, mas deve mostrar as dificuldades próprias deste trânsito. Por isto, tem que remeter-se à diferença entre a filosofia da consciência e a da linguagem, já que em princípio, a primeira pode desenvolver-se tratando das determinações do sujeito, enquanto a segunda pode desenvolver-se tratando da relação do sujeito com seu eventual objeto. Isso, então, tem consequências decisivas para a economia, que não pode abstrair-se de objetos reais. A temática do objeto, que é essencial ao questionamento do social, está, portanto, incorporada, nesse recurso, à filosofia da história. É uma referência que obriga a refletir sobre os rumos da reflexão filosófica hoje, seja tomando-a como atividade autônoma ou como atividade incorporada às ciências do homem e da sociedade.

Nossa preocupação é com essa avaliação. A crítica não pode ser um exercício formal de questionamento de consciência, mas um questionamento dos problemas que podem ser pensados. O movimento interno da filosofia da consciência - exemplificado pelo encaminhamento de Hegel (1) na "Fenomenologia ..." - indicou a necessidade de tratar com o coletivo imanente no desenvolvimento da consciência do sujeito, e revelou o substrato psicológico desse movimento, ao mostrar a relação entre o conhecimento interno e o externo na constituição do saber.

A apresentação das determinações desse coletivo, como ente histórico e como portador de interesses socialmente determinados, é a contribuição de Marx. Os subsequentes tratamentos da questão da linguagem tiveram, pois, que vê-la como própria dessa dimensão coletiva da construção do conhecimento em sua aderência ao individual.

(1) HEGEL, *Fenomenologia del Espíritu* - México - FCE - 1964.

Na primeira dessas duas posições a discussão da linguagem retém os elementos psicológicos e os históricos, ou seja, os internos e os externos, como demandava Hegel. A segunda desvincula-se dessas necessidades: pretende tratar essa mesma questão em sua dimensão unicamente lógica, ou como reivindicava Husserl, com uma lógica não metafísica.

Como, então, encaminhar essa análise? O plano da praxis é aqui fundamental, porque liga à linguagem aos objetos sociais e associa as possibilidades de crítica à historicidade da teoria social. Como diria Goldmann (2), a teoria é um produto da consciência possível, quer dizer, historicamente radicada. Neste sentido, as ciências sociais tratam com realidades historicamente formadas e devem procurar respostas realisticamente válidas. Por isto, as ciências sociais precisam tratar de modo não ingênuo com o material social; e como ele sempre pertence a contextos localizados e datados, é preciso apropriar-se do significado histórico da linguagem, que torna possível usar materiais de uma época para penetrar em outra. Aí situa-se a colocação de Horkheimer sobre a reificação da teoria que se desliga de sua contingência, dado que o objeto da percepção é histórica e socialmente determinado (3).

Assim, a reconstrução da posição das ciências sociais implica num tratamento de filosofia da história, para colocar as posições do sujeito em seu relacionamento com seus objetos e em sua auto-avaliação.

No encaminhamento desta indagação destacam-se três aspectos: a articulação de conhecimento histórico e psicológico, o eixo teoria-praxis e o significado interpretativo da crítica.

A articulação do plano histórico com o psicológico é uma rua de sentido duplo: reúne os fundamentos psicológicos dos comportamentos sociais com a percepção dos significados psicológicos dos acontecimentos. Leva, portanto, à rejeição, por serem insuficientes, todas aquelas interpretações da história que se limitam aos fatos propriamente ditos, que não tratam da pluralidade de pontos

(2) Lucien Goldmann desenvolveu este tema focalizando o conceito de consciência possível, em "As Ciências Humanas e a Filosofia".

(3) Alusão aos ensaios reunidos, sob o título de "teoria crítica", onde Horkheimer insistiu na relação teoria-método.

de vista em torno de um mesmo fato, nem da pluralidade de significados objetivos que ele tem em relação a diferentes processos que afeta. As conquistas da América são um excelente exemplo disto. Depois da oposição entre a visão dos que são conquistadores e dos que são conquistados, aparecem diversas interpretações que manipulam o mesmo material factual, destacando mais ou menos alguns de seus aspectos, a serviço de diferentes construções ideológicas. A valorização política do substrato étnico pode ser explícita ou sub-reptícia; mas excluí-la do referencial da reflexão teórica é impedi-la de analisar esse manejo ideológico dos fatos.

Essa insatisfação com a leitura plana da história leva a retomar o essencial do eixo teoria-praxis, que é a ligação genética da especulação teórica com a captação do universo das práticas, do tecido cotidiano da realidade social. Se a teoria social não satisfaz este requisito, se se reproduz unicamente como um manejo de símbolos, não é adequada para trabalhar no campo social, onde todos os objetos têm uma presença independente da que lhes é dada pela teoria. Em qualquer raciocínio que pretenda ser válido e pertinente no campo social o material primordial de trabalho é a atividade social concreta, em sua variedade e renovação e repetições. O nexó entre esta variedade e a simplicidade conceitual da teoria é a capacidade do estudioso de problematizar, que não pode ser diferente de sua capacidade de tratar com objetos sociais tais como eles são.



## 2. A RECONSTRUÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A preocupação com problemas de desigualdade leva a focalizar a atenção em aspectos da realidade, em lugar de trabalhar com a formalização de problemas, hipotéticos ou reais, e com sua solução, levando, então, a procurar categorias idôneas para representar a realidade, em vez de categorias que sirvam, indiferentemente, para representar fatos atribuíveis ou não a condições de desigualdade.

No relativo ao plano econômico, isso significa trabalhar com representações dos agentes e não das ações, com empresas, famílias e pessoas e não com trocas; trabalhar com situações de consumo historicamente determinadas, não com comportamentos ideais de consumo. Mais indiretamente ainda, significa a possibilidade de refletir criticamente sobre os movimentos de produção e do consumo, bem como sobre suas ligações com a distribuição da renda, que dependem de se ter uma visão realista do objeto sobre o qual se reflete. E como o objeto dessa análise não pode ser invariante, a crítica está sempre reconstruindo seu objeto; e esta atividade reconstrutora é essencial à capacidade de participar do processo social a que se refere.

Nesse ponto enfrenta-se um complexo problema relativo à concepção das sociedades com que se trabalha, que são, essencialmente, sociedades que se desenvolvem em condições de acentuada desigualdade, com graves problemas de pobreza crítica. Elas representam um desafio específico para a captação do atual, com tudo que ele tem de plural e de imediato, bem como representam uma posição de colateralidade em relação com os fluxos históricos de experiência prática e de formação teórica, de que são consequência. Ao mesmo tempo, sua experiência abre espaços para uma ampla variedade de situações de identificação e de confronto com as heranças das sociedades que detêm o principal fluxo da experiência cultural ocidental.

Mas no essencial o que significa essa condição de periferia? Reflete uma condição econômica, ou abrange a totalidade de uma experiência histórica? É incidental, ou inerente aos movimentos do capitalismo? Prima facie admite-se que pelo menos a interpretação mais geral de periferia contém uma alusão a diferenças entre o modo como o capital se acumula nos principais centros mundiais de decisão e em centros não decisivos à continuidade desse movimento. Assim, as sociedades periféricas não são experiências incompletas em relação às dos países mais ricos ou mais antigos, contudo são sociedades que se reproduzem

sob regras em suas relações internas, reagindo sempre desigualmente aos impulsos de modernização.

A questão da crítica do progresso situa-se, aqui, como a de uma reflexão que se volta para trajetos específicos da formação das sociedades atuais, que podem ser associados a transformações mundiais dos agentes de produção, ao lado do capital e do trabalho, ao tempo em que não podem ser reduzidos a experiências delimitadas por períodos calendários de tempo similar para todos.

Em relação a sua atualidade, isto é, ao modo como manejam seu hoje, os países de formação mais recente, tanto como as sociedades que se auto descobrem, atualmente, têm que resolver simultaneamente, um problema de construção da imagem de um coletivo ideal, capaz de refletir a coletividade concreta da qual consistem, como também um problema de comunicabilidade interna, inerente à escala desse coletivo. Os sucessivos choques nas aspirações das classes médias e dos trabalhadores especializados, em geral, causados pela falência de propostas de rápido enriquecimento das maiorias, e até mesmo de sustentação de seus ganhos anteriores, tornaram necessário enfrentar de uma vez, explicitamente, a questão moral das concepções de política social, baseadas em egoísmo, em livre mercado, etc. Esta é uma tarefa, contudo, que demanda uma prévia compreensão do objeto social em sua qualidade de cotidiano, no modo como a sociedade e a economia são, realmente, encontradas por qualquer pessoa individualmente considerada.

### 3. AS TRANSFORMAÇÕES DA PRAXIS

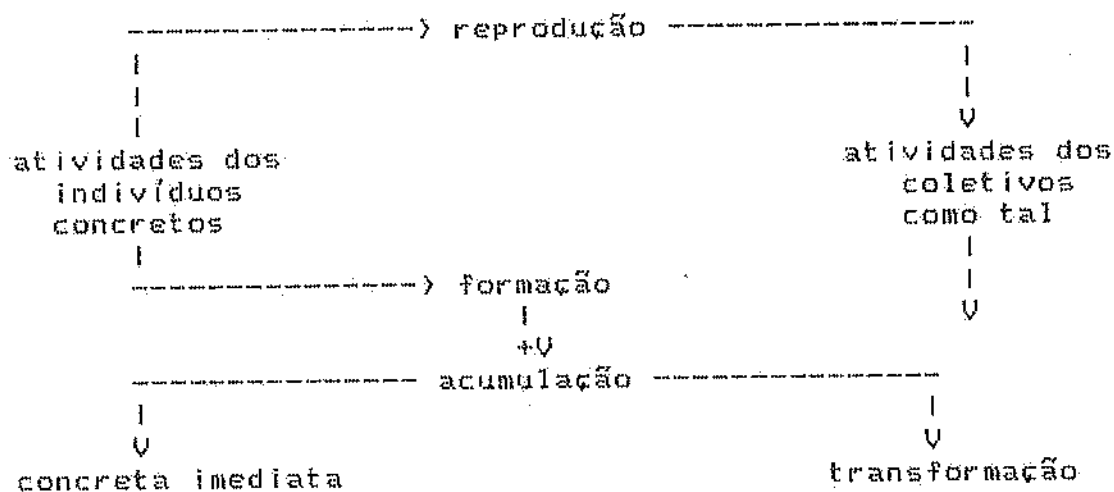
Os movimentos históricos das sociedades apresentam hoje uma questão essencial, relativa ao significado da atividade social em seu caráter econômico. A atividade social gera, gradualmente, resultados que a modificam, independentemente de que na aparência predominem neles seus aspectos conservadores ou renovadores e que sejam vistos como avanços materiais ou ideológicos. A repetição de atos semelhantes implica sempre em tornar conscientes atos instintivos ou em fazer modificações no relacionamento daqueles que realizam esses atos. Este torna-se o verdadeiro ponto de partida da discussão da praxis: os atos nunca são realmente os mesmos. Mudam os agentes concretos, mudam os contextos, mudam também o horizonte de referências com que eles são realizados.

Isso significa pôr o foco da análise nas transformações e não nas estruturações. Daí, a compreensão de que a sociedade se sustenta das suas transformações; de que a continuidade de situações de produção e de poder resulta de uma atividade de conservação e não de apatia; e que a mudança é o resultado de uma atividade transformadora, que sobrepuja a distribuição de produção e de poder.

Assim, coloca-se a questão da modernização, pelo que ela efetivamente afeta e porque ela se apresenta como uma proposta de mudança universal, que submete as especificidades culturais, que substitui a história específica de cada sociedade por uma razão genérica, indeterminada, que se identifica por separado de qualquer experiência. No entanto, o movimento de modernização se realiza sobre determinadas ordens estabelecidas que variam de lugar a outro e ao longo do tempo. Assim, ela gera diferentes organizações, com variável solidez institucional. A amplitude e a profundidade dos choques causados por ela varia segundo a distância entre a nova ordem proposta e a prevalecente. E estes choques são tanto mais intensos quanto mais intensa a atividade conservadora, que resiste à mudança.

Esse confronto se realiza no cotidiano, isto é, no domínio das práticas específicas de sobrevivência - com seus resultados na produção de poder - que deslocam a capacidade de conservar e de mudar. As relações entre os agentes redefinem-se constantemente, segundo essas práticas, resultam em mudanças em sua capacidade para agir. Com esta perspectiva podem-se distinguir:

fig. nº 1



A reprodução é o aspecto mais simples de uma atividade cotidianamente realizada por indivíduos integrantes de coletividades concretas, que entretanto alimentam a imagem dos coletivos genéricos que representam as convergências e os confrontos de interesses. Mas está claro, como demonstrou praticamente, Marx, que a reprodução é inerente à formação; e que seus efeitos só se revelam integralmente na acumulação, que não é posterior à formação, senão que é sua consequência virtual. A perspectiva crítica não fica na simples descrição destes movimentos, mas, parte deles para rever o sentido de finalidade implícito nesses movimentos, que fazem com que cada indivíduo e cada grupo realizem ações, consequenciais, que alteram as condições dos demais para agir.

Na realidade, há uma infinidade de ações intrascedentes, que passam desapercibidas no universo da simples reprodução. Mas elas se diluem por trás daquelas outras ações consequenciais que são vistas por seus efeitos. Se as pessoas e os grupos são geralmente registrados por suas consequências, não há dúvida que o universo da reprodução é totalmente importante para cada um dos respectivos interessados. Registrar plenamente a realidade é tarefa que obriga a reconstruir a relação entre o que fica restrito ao mundo da reprodução e o que se projeta no universo das relações entre aqueles que se fazem notar no processo, que desemboca na acumulação.

A atividade teórica começa sempre como uma luta para registrar o que se considera importante; portanto, como um gesto de independência. A seguir, ela enfrenta os problemas "técnicos" do raciocínio que pretende desenvolver. Neste ponto, consciente ou não, a teoria tem que pronunciar-se sobre o que considera como problemas. Queira ou não, cada estudioso que seleciona aspectos do pensamento de outro para discutir, focaliza indiretamente os temas selecionados por aquele outro, ou seu desempenho para tratá-los.

Por outro lado, cada estudioso que escolhe aspectos da realidade sobre cuja explicação canaliza sua disponibilidade de conhecimentos, exerce sua capacidade de reaproximar-se de um determinado quadro real. O primeiro pré-determina sua capacidade de crítica como de tratamento do universo das ideologias; e o segundo põe-se na posição de quem critica a pertinência das teorias frente aos processos que são percebidos ou escolhidos para analisar. Entre uma e outra posturas colocam-se o controle "técnico" da ação em sociedade e o escopo da criatividade própria de cada perfil de ação.

Está claro que a postura que busca legitimação nas leituras de pontos de vista de outros aproximam-se de impressões antes causadas por fenômenos reais. No entanto ninguém jamais negou que a referência definitiva de qualquer análise são os fenômenos que acontecem hoje; e que sua essencial originalidade em relação com o passado é a matéria prima da realidade, que necessariamente é sempre nova.

Que significa, então, progresso? Se a atualidade é sempre renovação, progresso é uma atualização que se vê mediante critérios de valor relativos às condições de vida. A atualidade pode ser vista como aperfeiçoamento de práticas de conservação ou de práticas transformadoras. Mas como a conservação, para manter-se, tem que objetivar-se, cabe dizer que a crítica é em todo caso, inerente ao progresso. A conservação do saber significa, no limite, um esforço de interpretação que põe o saber adquirido frente às questões da atualidade (isto é, a doxa e a praxis). Adiante, as práticas de transformação têm que ser críticas, pela simples razão do que envolvem sempre uma avaliação do que não pôde permanecer inalterado.

O progresso seria, então, uma categoria social, não sua aparência tecnológica. Seria posto em relação com valores de civilização, não restritos a modo de produção. Viria pela generalização de práticas transformadoras que atingem a capacidade de cada sociedade, de ligar o cotidiano ao aparecimento de coletivos capazes de refletir as tensões consequentes das soluções dadas às questões de sobrevivência

e poder.

Isso significa que a reflexão crítica precisa avaliar racionalmente todos aqueles mitos que se renovam entre práticas conservadoras incorporadas à modernização, que são aparentemente contraditórias a essa modernidade, mas que representam interesses arcaizados, contudo aliados aos que conduzem à modernização.

Desse modo, a crítica se encontra na situação de ter que rever o significado dos diversos mecanismos de exclusão que operam sustentando privilégios e neutralizando a capacidade criativa de pessoas e de grupos. Por isto, a crítica projeta uma visão de progresso como a de um movimento cheio de contradições, cujos aspectos de renovação terão que ser avaliados por seu significado local e não pela síntese genérica destes movimentos concretos.

## 4. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

GOLDMANN, Lucien. As Ciências Humanas e a Filosofia. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

HEGEL, Georg W.F. A Fenomenologia del espíritu. México-DF, 1984.

HORKHEIMER, Max. Teoria crítica. Buenos Aires: AMORRORTU, 1974.

Diretor:

Paulo Rebouças Brandão

Vice-Diretor, em exercício

Fernando Cardoso Pedrão

Série: FCE/UFBA. Texto para Circulação Interna, 3

Permitida a reprodução, em parte, desde que citada a fonte.

Faculdade de Ciências Econômicas / UFBA

Programa de Publicações

Pça. da Piedade, 6 - Centro

CEP: 40.070-010 SALVADOR-BA